

Situação atual da oferta de serviços de atenção à saúde da população LGBTI no estado de São Paulo

Current situation of the offer of health care services to the LGBTI population in the state of São Paulo

Fabiola Santos Lopes^I, Regina Figueiredo^{II}, Tânia Regina Correa de Souza^{III}

Resumo

Neste artigo damos um panorama geral dos problemas e serviços já disponíveis para a população LGBT em todo o estado de São Paulo, destacando mais detalhadamente os localizados na capital.

Palavras-chave: Serviços Públicos; Cidadania; Saúde; LGBT.

A 13ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em 2008, determinou a inclusão da orientação sexual e da identidade de gênero na análise da determinação social da saúde. De lá para cá, um plano nacional foi elaborado, culminando na “Política de Atenção Integral à População LGBT” instituída pelo Ministério da Saúde pela Portaria nº 2.836 de 2011¹,

“...com o objetivo geral de promover a saúde integral da população LGBT, eliminando a discriminação e o preconceito institucional e contribuindo para a redução

^I Fabiola Santos Lopes (fabiola.lopes@crt.saude.sp.gov.br) é psicóloga pela Universidade de Guarulhos, diretora técnica de Saúde do Centro de Referência e Treinamento em DST/Aids do Estado de São Paulo e coordenadora do Comitê Técnico Estadual de Saúde Integral da População LGBT da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo.

^{II} Regina Figueiredo (reginafigueiredo@uol.com.br) é cientista social, mestre em Antropologia da Saúde e doutora em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo, pesquisadora científica do Instituto de Saúde da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e membro do Comitê de Saúde Integral da População LGBT desta secretaria e do Grupo de Implementação da Linha de Cuidado da Adolescência e Juventude para o SUS de São Paulo.

^{III} Tania Regina Correa de Souza (trcsouza@prefeitura.sp.gov.br) é psicóloga hospitalar pela Faculdade de Educação e Cultura do ABC (FEC-ABC), especializada em Saúde Pública pela Universidade de Ribeirão Preto (Unaerp), mestre em Ciências Sociais pela Coordenadoria dos Institutos de Pesquisa da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e interlocutora da área técnica de Saúde Integral da População LGBTIA+ da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo.

Abstract

In this article we present an overview of the problems and services NOW available to the LGBT population throughout the state of São Paulo, highlighting in more detail those located in the capital.

Keywords: Public Services; Citizenship; Health; LGBT.

das desigualdades e para consolidação do SUS como sistema universal, integral e equitativo” (art. 1º).

Vários estados e municípios brasileiros, desde então, têm se articulado para a implementação de serviços de promoção à saúde e à cidadania da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexos (LGBTI).

Estima-se que 10% da população, no mínimo, seja LGBTI, o que resulta em 4 milhões de pessoas². O esforço para a implementação de ações de saúde para atender às demandas dessa população, excluída historicamente, deve ser, portanto, intenso e gradativo, até que realmente alcance a integralidade desta atenção, incluindo a que se encontra privada de liberdade.

Atualmente, o estado de São Paulo já conta com uma série de serviços que estão estruturados e a iniciativa do Comitê de Atenção à Saúde Integral da População da Secretaria de Estado da Saúde de pactuar uma política estadual de saúde integral para a população LGBTI está em articulação. Esta política propõe a promoção da saúde e o combate à desinformação que leva à discriminação nos vários âmbitos

públicos, além da orientação da atenção preventiva e assistencial a demandas de saúde geral e específica dos diferentes seguimentos desta população.

A primeira iniciativa é a promoção do respeito e o acolhimento desta população nos serviços da Atenção Básica, inserindo-a nas unidades básicas de saúde (UBS) e da Estratégia de Saúde da Família (ESF), ambas portas de entrada preferencial da atenção à saúde no Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro. Estas unidades devem acolher as demandas gerais de saúde, ofertando todas as especialidades disponíveis, além de orientar a atenção e/ou encaminhamento de demandas específicas desta população.

É importante ressaltar que os serviços de IST/HIV/aids apresentam-se como estratégicos para a assistência a esta população, em especial à população de gays e de travestis, pessoas trans e com outras variabilidades de gênero, que apresentam maior vulnerabilidade e prevalência dessas infecções, de acordo com o cenário epidemiológico brasileiro e mundial. Estudo realizado em 11 capitais brasileiras e em Brasília apontou uma prevalência de HIV de 18,4% entre homens que fazem sexo com homens, sendo que, no município de São Paulo, esse índice atinge mais de 25%.³ Entre as mulheres trans, estudos nacionais mostraram a prevalência de HIV de 19,7% (Curitiba) a 65,3% (Porto Alegre), de sífilis, chegando a 35,5% em Porto Alegre, e de 5,9% de hepatite B e 2,9% de hepatite C entre as mulheres trans do município de São Paulo (2,9%).⁴

A partir destes dados, as estratégias de prevenção combinada se constituem em ferramentas importantes para o enfrentamento da epidemia de HIV/aids, principalmente para esta população. A dispensação de insumos de prevenção, como preservativos internos e externos, possibilitando um amplo alcance territorial, considerando que as UBS se inserem em todos os espaços geográficos; de lubrificantes íntimos; o tratamento das ISTs; a profilaxia pós-exposição sexual (PEP) e profilaxia pré-exposição sexual (PrEP); a oferta universal de tratamento às pessoas com HIV, permitindo a supressão viral e interrompendo a cadeia de transmissão (I=I), articuladas às ações específicas de redução de vulnerabilidades e de combate a estigmas

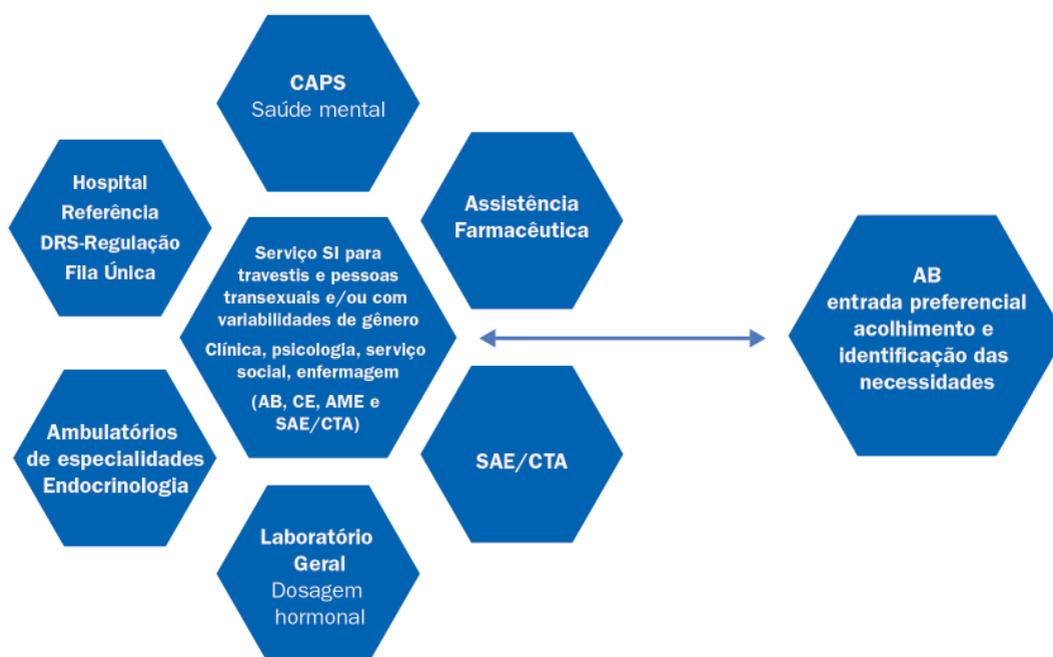
e discriminações, devem estar disponíveis para a população de um modo geral e, especialmente, acessíveis para estes segmentos populacionais.^{5, 6}

No “Mapeamento das Pessoas Trans no Município de São Paulo”, realizado em 2021, que atingiu 1788 pessoas travestis e transexuais⁷, mais de 80% afirmaram frequentar regularmente serviços de saúde, para acompanhamento em clínica geral, acompanhamento ginecológico ou de aparelho sexual, clínica psicológica, mas principalmente terapias hormonais (citados por 55%) – especificamente utilizadas por essa população –, e tratamentos de IST/HIV/aids (citado por 24%); embora 45% dos entrevistados afirmarem sentir falta ou carência de algum tipo de acompanhamento de saúde.

Com relação ao respeito à população trans, se impõe como fundamental para garantir o acesso e o acolhimento nos equipamentos de saúde, o respeito ao nome social, conforme orienta o Ministério da Saúde na Portaria no 1.820 de 2009.⁸ Em levantamento feito pela Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado de São Paulo⁹, até março de 2022, apenas 9% dos municípios paulistas haviam emitido decretos próprios de implementação de nome social nos serviços de saúde, o que motivou a proposição de um decreto coletivo, para chegar aos demais serviços públicos municipais, ainda que o estado conte com o Decreto no 55.488 de 17 de março de 2010, legislação que garante esse direito em todo o território do estado de São Paulo.

No estado de São Paulo, a estratégia é que a população trans também seja atendida em suas necessidades específicas utilizando preferencialmente, e como porta de entrada, as unidades básicas de saúde, mas também ser captada em outros serviços, como os Centros de Testagem e Aconselhamento (CTAs), serviços de assistência e referência em IST/HIV/aids, incluindo Serviços de Assistência Especializada (SAEs) e Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). Outras unidades de atendimento, como hospitais e ambulatórios de várias especialidades, também recebem esta população em situações emergenciais. Por isso a importância da organização da rede local, para atender as demandas apresentadas.¹⁰

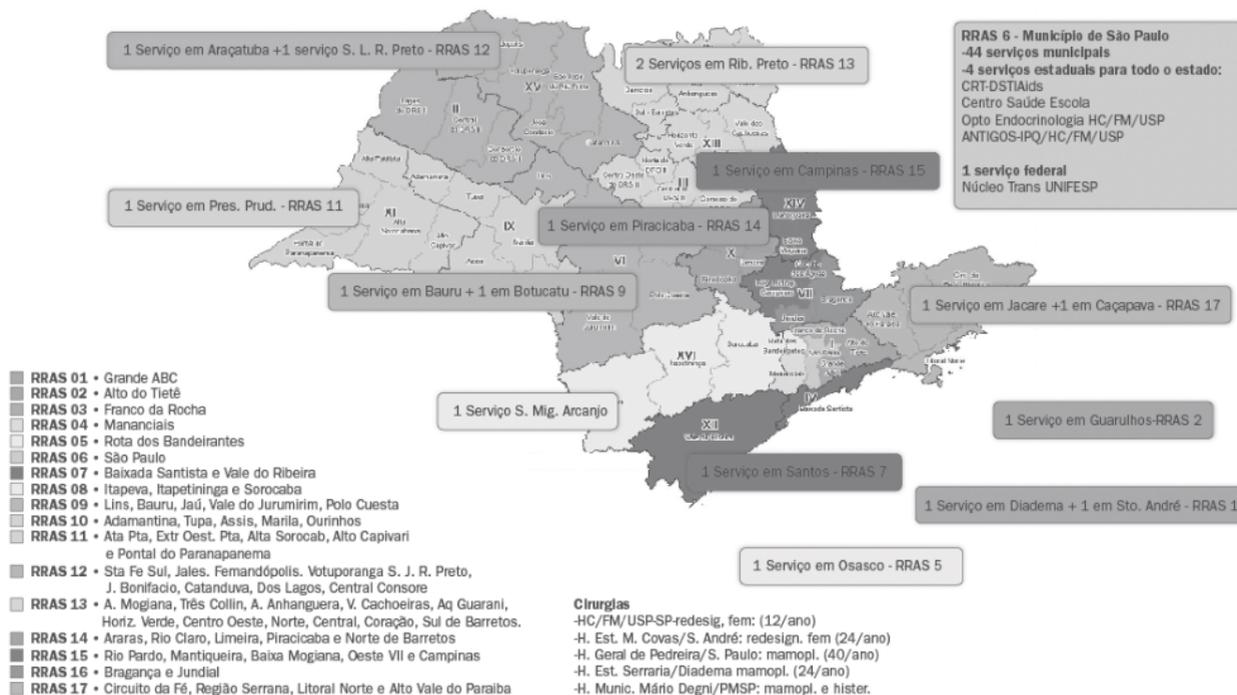
Imagem 1 - Fluxo de atendimento para pessoas trans



Para a assistência específica de hormonização e outras necessidades da população trans, como as diversas cirurgias, inclusive a de redesignação sexual, atualmente o estado de São Paulo conta com:

Imagem 2 - Serviços de atenção à população trans no Estado de São Paulo

Redes de Atenção à Saúde e respectivas DRS e Regiões de Saúde - Estado de São Paulo, 2012.



Fonte: Centro de Referência e Treinamento em DST/Aids da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, 2022.

Alguns destes serviços contam com o aporte do Centro de Referência e Treinamento em DST/aids de São Paulo¹⁰, para a oferta de hormonização para a população de travestis, pessoas transexuais e outras variabilidades de gênero. Outros já fazem esta aquisição com recursos próprios, como no caso do município de São Paulo.

No município de São Paulo, a linha de cuidado foi instituída para atender a toda a população LGBTIA+. ^{IV, 11} Esta linha conta, como porta de entrada, com as unidades de Atenção Básica, que têm papel fundamental no acolhimento e orientações. Estas devem acolher essa população sem discriminação e preconceito; respeitar o nome social e usá-lo em todos os sistemas de informação e registros; avaliar as queixas não relacionadas às questões de gênero e ofertar todas as opções de cuidado, além de promover a atenção integral e longitudinal à sua saúde. Desta forma, as unidades de saúde estão sendo sensibilizadas e capacitadas para melhorar a qualidade de assistência, por exemplo, com orientações resolutivas para mulheres lésbicas e bissexuais¹², homens trans que procuram por uma consulta ginecológica, entre outras demandas. Nesse sentido, a articulação com a área da Saúde da Mulher é essencial para a escolha de estratégias.

Além disso, a Atenção Básica tem que conhecer a Rede de Atenção Integral às Pessoas transexuais, travestis e com outras vivências de variabilidade de gênero (Rede SAMPA Trans)^{V, 13} instituídas no município e qual o seu papel na linha de cuidado.

O município de São Paulo conta hoje com 44 serviços na Rede SAMPA Trans, distribuídos nas seis Coordenadorias Regionais de Saúde (CRS)¹⁴. Nesses serviços, foram acompanhadas no processo transexualizador, até outubro de 2021, 2.954 pessoas; 73,2% atendidas na região central da cidade. Nessas unidades, as orientações são focadas no processo transexualizador, que inclui escuta de desejos e angústias, estratégias sociais de apoio, modificações corporais com uso de hormônios e cirurgias, saúde

sexual e reprodutiva e outras necessidades que forem identificadas pela equipe multiprofissional.

A Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo tem como meta inaugurar ainda em 2022 o seu próprio Ambulatório Trans, com equipe de especialidades bem diversificada, ofertando alguns serviços ambulatoriais necessários para essa população, incluindo o acompanhamento pré-natal, a abordagem de complicações de silicone (quando foi feito uso deste anteriormente), complicações derivadas de cirurgias de afirmação de gênero, sangria terapêutica e endocrinopatias de base que possam apresentar piora com o uso de hormônios. Também está prevista a ampliação de oferta em saúde mental e o atendimento e orientação psicossocial a familiares de crianças e adolescentes com diversidade sexual¹⁴.

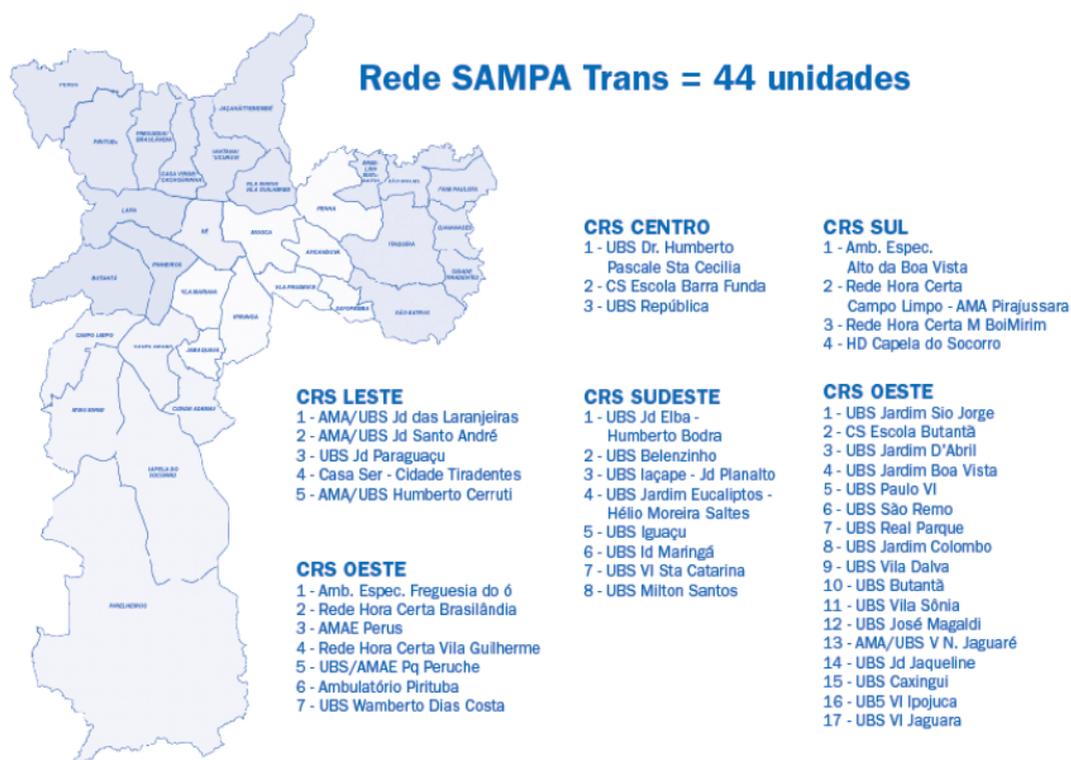
O município de São Paulo também possui as Casas Florescer 1 e 2, situadas, respectivamente, nos bairros do Bom Retiro (Região Central) e Vila Nivi (Região Norte), que atendem a população transexual em situação de vulnerabilidade social, incluindo acolhimento¹⁴.

Além desses serviços municipais, na cidade de São Paulo estão localizados quatro serviços estaduais (CRT/DST/Aids-SP), o Ambulatório do Departamento de Endocrinologia e o Ambulatório Transdisciplinar de Identidade de Gênero e Orientação Sexual (AMTIGOS), ambos da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo), e um federal, o Núcleo Trans da Universidade Federal de São Paulo, que atende demandas de todo o estado¹⁰.

Com relação à disponibilidade de cirurgias para trans, o CRT DST/Aids do estado de São Paulo realiza a regulação dos encaminhamentos de cirurgias numa fila unificada que atende a demanda de todo o estado por meio do sistema Central de Regulação de Oferta de Serviços de Saúde (CROSS), atualmente para cinco hospitais. Especificamente para as mulheres trans, estão disponíveis, para a cirurgia de redesignação sexual, o Hospital Mário Covas, localizado em Santo André, que é referência para todos os serviços do estado, e o Hospital das Clínicas da Universidade de

IV Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/saude/atencao_basica/index.php?p=291627

V Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/saude/noticias/?p=325757>

Imagem 3 - Serviços de Atenção à Saúde da população trans do município de São Paulo

Fonte: Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal de São Paulo, 2022.

São Paulo (HC/USP), que atende apenas os pacientes do ambulatório de endocrinologia.

O mapeamento feito com a população no município de São Paulo⁶ também aponta a carência de serviços para a população de homens trans, situação apontada por 56% deste público, bem maior do que apontada por travestis (40%) e mulheres transexuais (39%). Essa carência, além de estar ligada à oferta da hormonização com testosterona para este público, que foi implementada posteriormente à hormonização de feminilização disponibilizada para as mulheres trans, também se refere à inexistência de serviços de referência e oferta de procedimentos cirúrgicos de redesignação sexual para homens trans, especificamente o implante de prótese peniana.

Atualmente, para eles, há a oferta de cirurgias de mastectomia masculinizadora e histerectomia, realizadas no Hospital Geral Pedreira e no Hospital Mário Degni, em São Paulo, e no Hospital Estadual de Serraria, em Diadema.

De qualquer forma, ainda há a necessidade de ampliação da oferta de serviços ambulatoriais de forma descentralizada no estado de São Paulo, o que ampliará a demanda por vagas cirúrgicas, além da inclusão de outras modalidades necessárias para garantir a assistência em saúde a esta população, como o procedimento de depilação definitiva (epilação) – eletivo para quem deseja fazer a cirurgia de redesignação sexual das mulheres trans –, a oferta do implante contraceptivo para homens trans, visando à suspensão menstrual, além da maior oferta de hormonização para todos/as transexuais e travestis que desejem utilizá-la.

Entre as necessidades de atenção à saúde, o apoio em saúde mental entre a população LGBT+ também se mostra fundamental, uma vez que as discriminações sofridas, muitas vezes, desde a infância, inicialmente no ambiente familiar, depois também na escola, na comunidade de residência, no meio social e em ambientes de trabalho, geram diversos transtornos decorrentes de violências mentais, físicas, psicológicas,

sexuais e até óbitos, quando não resultam em ideação suicida e no próprio suicídio. Em 2021, durante a pandemia de covid-19, com o isolamento social, a falta de espaço físico e de perspectiva, inclusive de renda, 30% havia recebido diagnóstico de depressão e 47,6% de ansiedade¹⁵, cerca de 2% a mais do que no ano anterior, conforme levantou a pesquisa *on-line* respondida por 7.709 pessoas LGBT+ de todo o país.

Entre pessoas travestis e transexuais, estudos internacionais apontam índices de depressão, ansiedade, abuso de álcool e drogas e ideação e tentativas de suicídio¹⁶, com índices bem acima do resto da população.¹⁷ No Brasil, segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA)¹⁸, 94% da população trans sofreu, alguma vez na vida, violências devido à discriminação. Em 2020, inclusive, São Paulo foi o estado do país em que ocorreu o maior número de assassinatos desta população trans, 16,8% de um total de 641.¹⁸

Estudo de revisão de 221 prontuários, realizado em um ambulatório trans do Distrito Federal¹⁹, verificou que 33% dessas pessoas atendidas já havia sofrido com doenças psiquiátricas, 6,7% tido internações psiquiátricas, 73,7% pensamentos suicidas e 29,9% tentativas de suicídio. A ANTRA aponta que a covid provocou um aumento de 34% no número de suicídios de pessoas transexuais entre 2019 e 2020.¹⁴

Esses dados demonstram que também a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS)²⁰ precisa estar atenta e oferecer atenção à população LGBTI+, de forma a minimizar os riscos em saúde mental e dar encaminhamento a casos em que problemas ou doenças já se instalaram. Essa rede inclui:

- na Atenção Básica: as unidades básicas de saúde (UBS); os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF); o Consultório de Rua (CR); serviços do componente atenção residencial; Centros de Convivência e Cultura (CCC).
- na Atenção Psicossocial Estratégica: os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), de diferentes modalidades (incluindo os CAPS álcool e drogas), a Rede de Atenção de Urgência e Emergência, composta

pelo SAMU, salas de estabilização, unidades de pronto atendimento (UPAs) e pronto-socorros;

- na Atenção Residencial de Caráter Transitório: unidades de acolhimento e Serviços de Atenção em Regime Residencial;
- na Atenção Hospitalar: enfermarias hospitalares e serviços hospitalares de referência (SHR) para atenção às pessoas com sofrimento ou transtorno mental;
- para usuários de álcool e drogas: também Serviços de Residência Terapêutica (SRT) e as Estratégias de Reabilitação Psicossocial;
- no Sistema Único de Assistência Social (SUAS): apoio e orientações sobre cidadania, inclusão, trabalho e renda.

Atualmente, o estado de São Paulo conta com 267 CAPS sob administração de vários municípios, 63 deles localizados na capital e outros 204 em outras 132 cidades de todas as Redes Regionais de Assistência à Saúde (RRAS) paulistas²¹. Os serviços que atendem à saúde mental também necessitam melhor organização e iniciativas de nível local para incluir as necessidades e demandas da população LGBTI.

Em síntese, todas as iniciativas de atenção à população LGBTI+ precisam ser ampliadas em nível estadual; inicialmente a consolidação do uso do nome social em todos os serviços de saúde, incluindo sistemas laboratoriais e de retirada de medicamentos e nas diversas ouvidorias dos diversos municípios do estado e a categorização de todos os serviços que já atuam com a hormonização, como estabelecimentos que têm “atenção especializada no processo transexualizador” no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES); além da ampliação dos serviços de hormonização para a população trans.

Referências

1. Brasil. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.836 - Política de atenção integral à população LGBT. Brasília; 1º dez. 2011.
2. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Estimativa populacional. São Paulo.

3. Kerr LMD, Kendall C, Guimarães MDC, Salani Mota R, Veras MAMD, & cols. HIV prevalence among men who have sex with men in Brazil - results of the 2nd national survey using respondent-driven sampling. *Medicine*, 2018; 97(1s):9-15.
4. Agência de Notícias da Aids. Estudo traça perfil do comportamento em relação ao HIV, sífilis e hepatites B e C em travestis e mulheres trans. *Agenciaaids.com.br*; 13 mai. 2019. (Internet). Disponível em: <https://agenciaaids.com.br/noticia/estudo-traca-perfil-do-comportamento-em-relacao-ao-hiv-sifilis-e-hepatites-b-e-c-em-travestis-e-mulheres-trans/>. [acesso em: 25 abril 2022].
5. São Paulo. Centro de Referência e Treinamento de DST/Aids do Estado de São Paulo. (Internet). Disponível em: <http://www3.crt.saude.sp.gov.br/profilaxia/hotsite/index.php?pags=buscar-servico>. [acesso em: 23 mar 2022].
6. São Paulo. Centro de Referência e Treinamento de DST/Aids do Estado de São Paulo. Diretrizes e Metas do programa Estadual de IST/Aids 2021-2022. São Paulo; 2021. (Internet). Disponível em: https://www.saude.sp.gov.br/resources/crt/publicacoes/materiais/diretrizes_e_metas_2021_e_2022_final.pdf. [acesso em: 23 mar 2022].
7. Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC). Mapeamento das pessoas trans no município de São Paulo. São Paulo; 2021.
8. Brasil. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.820 – dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde. Brasília; 13 de ago. 2009.
9. Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado de São Paulo. Levantamento de situação de nome social. [Relatório de levantamento]. São Paulo, 2022.
10. Comitê Técnico Estadual de Saúde Integral LGBT da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo. Apresentação do Comitê e situação de serviços disponíveis no estado de São Paulo. [Apresentação]. 21 mar 2022.
11. Prefeitura do Município de São Paulo. Saúde Integral da População LGBTIA+. (Internet). Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/saude/atencao_basica/index.php?p=291627. [acesso em: 20 abr. 2022].
12. Brasil. Ministério da Saúde, Secretaria de Política para Mulheres. Atenção integral à saúde de mulheres lésbicas e bissexuais - relatório da oficina “Atenção Integral à Saúde de Mulheres Lésbicas e Bissexuais” realizada em Brasília de 23 a 25 de abril de 2014. Brasília; 2014.
13. Prefeitura do Município de São Paulo. Conheça a rede Sampa Trans. (Internet). Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/saude/noticias/?p=325757>. [acesso em: 20 abr. 2022].
14. Souza, TRC. Avanços e Desafios - Área Técnica de Saúde Integral da População LGBTIA+ Município de São Paulo. [Apresentação]. São Paulo: Secretaria Municipal de Saúde/PMSP, Comitê de Saúde Integral da População LGBT/SES-SP; 18 abr. 2022.
15. Vote LGBT+. Diagnóstico LGBT na pandemia 2021 - desafios da comunidade LGBT+ no 2021 contexto de continuidade do isolamento social em enfrentamento à pandemia de coronavírus. 2021. (Internet). Disponível em: <https://static1.squarespace.com/static/5b310b91af2096e89a5bc1f5/t/60db6a3e00bb0444cdf6e8b4/1624992334484/%5Bvote%2B%2B%2Bbox1824%5D%2Bdiagn%C3%B3stico%2BLGBT%2B2021+b+%2B81%29.pdf>. [acesso em: 6 abr. 2022].
16. Newcomb ME, Hill R, Buehler K, Ryan DT, Whitton SW, Mustanski B. High Burden of Mental Health Problems, Substance Use, Violence, and Related Psychosocial Factors in Transgender, Non-Binary, and Gender Diverse Youth and Young Adults. *Arch Sex Behav*. 2020 Feb;49(2):645-659. doi: 10.1007/s10508-019-01533-9
17. Schulman JK, Erickson-Schroth L. Mental health in sexual minority and transgender women. *Med Clin North Am*. 2019 Jul;103(4):723-733. doi: 10.1016/j.mcna.2019.02.005.
18. Benevides BG, Nogueira SNG. (orgs). Assassinato de travestis e transexuais brasileiras em 2020. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021
19. Corrêa FHM, Rodrigues BB, Mendonça JC, Cruz LR. Pensamento suicida entre a população transgênero: um estudo epidemiológico. *J. bras. psiquiatr*. 2020; 69(1):13-22. -doi: <https://doi.org/10.1590/0047-2085000000256>

20. Brasil. Lei no 10.216 - Política nacional de saúde mental. Brasília; 6 abr. 2001.

21. Governo do Estado de São Paulo. Secretaria de Estado da Saúde. Endereços dos Centros de Atenção Psicossocial - CAPS do Estado de São Paulo. (Internet). Disponível em: <http://saude.sp.gov.br/ses/perfil/profissional-da-saude/areas-tecnicas-da-sessp/saude-mental-alcool-e-drogas/enderecos-dos-centros-de-atencao-psicossocial-caps-do-estado-de-sao-paulo>. [acesso em: 18 abr. 2022].